

603, 31 Jan 81



Os ocupantes dos terrenos das Obras Pavonianas fugiram quando ouviram os tiros

Invasores de terras fazem vigília temendo repressão

Aproximadamente 1.000 invasores permaneceram em vigília ontem, das 19 às 24 horas, supondo que forte contingente policial aparecerá, como fora prometido, em duas grandes propriedades de terreno ocupadas entre o bairro Santo Antônio e Ilha das Caieiras. Durante este tempo, nenhum barraco foi construído, por temor que a polícia repetisse a intervenção da noite anterior, quando destruiu todas as construções, prendeu posseiros, bateu e deu tiros, expulsando violentamente os invasores.

Mulheres com filho ao colo, outras grávidas, crianças, velhos e um grande número de homens preferiram aguardar à distância o que poderia acontecer caso a polícia chegasse aos locais das invasões, cujas propriedades são reivindicadas pela empresa Blomaco e Obras Pavonianas do bairro Santo Antônio, entidade vinculada à Igreja Católica Apostólica Romana. Ao contrário do que anunciou na noite e madrugada de quinta-feira, apenas uma radiopatrulha da Polícia Militar circulou pela região, com dois soldados, mas sem intervir junto aos posseiros.

Na área cuja propriedade é defendida pela empresa Blomaco, conforme disseram vários invasores, mais de 500 pessoas que haviam demarcado seus lotes entre terça e quinta-feira se aglomeraram às margens da avenida Serafim Derenzi (chamada de rodovia do contorno de Vitória), já no bairro de Ilhas das Caieiras, aguardando a presença da polícia. Uns poucos decidiram subir o morro e ficar junto dos lotes demarcados, para evitar que fossem tomados por terceiros, e mostraram-se indiferentes à nova

transformada "em faroeste. Houve tiros para todos os lados. Muitas mulheres caíram morro abaixo com seus filhos ao colo, crianças gritaram de medo, uma bala perdida atingiu uma casa na parte baixa ao lado da rodovia. Foi tudo muito horrível".

Perto dali, já no bairro Santo Antônio, em cerca de 30 mil metros quadrados de terreno cujo direito de propriedade vem sendo defendido pelas Obras Pavonianas, a situação não era muito diferente. Posseiros, alguns com facões para cortar o mato e limpar o lote, também se aglomeraram numa estrada de terra, à espera da Polícia, que até às 24 horas não havia aparecido. Todos temiam começar a instalar seus barracos e ver se repetir a destruição violenta da noite anterior.

João Santana Lopes, 52 anos de idade, morador num barraco no Morro do Quadro, onde disse pagar Cr\$ 2.500,00 de aluguel por mês, contava aterrorizado o que passou na noite de quinta-feira: "Já tinha construído meu barraco quando a Polícia chegou apontando o revólver para mim e mandando eu sair. Me abaixei no chão para apanhar um remédio de nervos, já que tenho problema nervoso. O policial me perguntou o que era e eu respondi, dizendo que iria tomar um comprimido. Como não havia água, ele mandou que eu abrisse um buraco no chão até achar água. Como isso não era possível, mandou que eu fosse até a pedreira — ali perto, mas eu disse que lá eu não ia porquêsó tinha marginal naquele local. Eles só me expulsaram do lote e quebraram todo o barraco".

por terceiros e, portanto, se indiferentes a nova possibilidade de expulsão, inclusive com uso de violências.

Entre os invasores existiu pelo menos um consenso: todos, indistintamente, que foram surpreendidos na noite de quinta-feira pela polícia, contavam com certa dose de terror estampada nos olhos "a ação violenta dos soldados". Segundo eles, a propriedade ocupada — pertencente à empresa Blomaco — foi

Hélio Rodrigues de Jesus, solteiro, morador na Ilha do Príncipe, onde disse pagar Cr\$ 3.000,00 de aluguel, contou que não iria sair do terreno da igreja, pois esta sempre "disse que a Igreja é da comunidade. Todos nós aqui somos da comunidade e precisamos de um lugar onde morar. Se a Igreja é a comunidade, e o terreno é da Igreja então temos o direito de continuar aqui".

Tiros e espancamentos na madrugada

Dois caminhões e dois camburões da Polícia Militar com mais de 100 soldados estiveram no começo da madrugada de ontem na área invadida há uma semana em Santo Antônio, onde deram tiros para o alto e espancaram três pessoas que se encontravam no local, além de assustarem várias outras. Acompanhando os policiais militares, estava também Gentil Mariani — proprietário da Pedreira Santo Antônio — e seus filhos Sergio e Edson Mariani, além de dois policiais que foram identificados apenas por **Falcão** e **Radinho**, responsáveis por diversas violências cometidas.

A denúncia foi feita pela invasora Maria de Jesus e por vários menores que se identificaram apenas pelos nomes de Edilson, Jânilson e Jonas que se recusaram a dar os nomes completos temendo serem alvos de novas violências da PM. Maria de Jesus fez questão de exibir uma caixa de balas calibre 38 que, por ter sido gasta no tiroteio dos PMs, foi abandonada no local.

Os invasores explicaram que a família Mariani, embora não seja proprietária da área invadida — ela pertence à congregação católica Obras Pavonianas — tem interesse em manter o local livre de moradias porque, caso isto aconteça, terá de desativar o britador que mantém no local. A área invadida ainda não possui nenhum barraco construído. Algumas tentativas foram feitas nos dias anteriores mas, ontem, conforme relatos dos invasores, quem estava iniciando a edificação de barracos viu os policiais destruírem tudo e depois atearem fogo nas tábuas.

Renildo Anacleto Couto, de 19 anos, foi uma das vítimas de espancamento dos policiais **Falcão** e **Radinho**. Ele contou que estava dormindo numa tenda que havia improvisado na área a fim de garantir seu lote. Foi acordado sob pauladas e testemunhou a destruição completa de sua tenda. Os demais invasores — na maioria rapazes com idade variando entre 17 e 20 anos — ficaram indignados com o espancamento sofrido por Renildo. Ele está operado há 40 dias em consequência de uma facada que levou nas costas, tendo atingido seu baço e intestino. Por isso dependendo de uma nova cirurgia para voltar a defecar normalmente uma vez que, agora, o faz através de sonda na barriga.

Além dos policiais a invasão do terreno das Obras Pavonianas — que começou a ser ocupado segunda-feira passada — está sendo reprimida também por moradores das vizinhanças. Segundo os invasores, esses moradores se julgam proprietários na ocupação do local. Até o momento, não existe ninguém efetivamente morando na área já que os invasores só tiveram a preocupação de demarcar pequenas glebas de terra para posterior construção de barracos.

Ontem, uma comitiva deles — cerca de 30 pessoas — esteve no gabinete do deputado estadual Nelson Aguiar (PI), solicitando que interceda junto às autoridades policiais para fazer cessar a violência. Também tentaram um encontro com um advogado da Comissão de Justiça e Paz que prometeu estudar o caso e tentar conseguir garantias da Justiça contra as agremiações dos policiais.

Governo desapropria áreas em Carapina

O governador Eurico Rezende baixou decreto considerando de utilidade pública para fins de desapropriação e constituição de servidão administrativa, diversas áreas e faixas de terra situadas à margem do rio Santa Maria, no planalto de Carapina. Essas áreas são consideradas pelo governo como fundamentais para as obras do novo sistema de abastecimento de água do planalto.

A desapropriação será feita em favor da Cesan, em caráter urgente, atribuindo à empresa o direito de praticar todos os atos de construção, operação e manutenção do novo sistema de abastecimento de água do Planalto de Carapina, assim como suas eventuais alterações. A Cesan terá também assegurado o acesso à área de servidão através do imóvel serviente.

As áreas a serem desapropriadas são necessárias à construção de barragem, canal de captação, tomada de água, desarenador, galeria de adução e estrutura de transição da chegada à estação elevatória de Santa Maria. Essas obras vão integrar o novo sistema de abastecimento e, para isso, será necessária a desapropriação de seis áreas de terra.

O decreto baixado pelo governador e publicado na edição de ontem do Diário Oficial abrange quaisquer benfeitorias por acaso existentes sobre os imóveis. O mesmo documento dá à Companhia Espírito-Santense de Saneamento o direito de promover desapropriação e servidão administrativa sobre os imóveis, amigável ou judicialmente, de acordo com a legislação em vigor.